



Exm.º Senhor  
Presidente da Comissão de Saúde  
M. I. Deputado José de Matos Rosa

**ASSUNTO:** *Audição da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde*

Em 2011, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontrava-se numa espiral de endividamento crescente, acumulando uma dívida na ordem dos € 3,7 mil milhões, valor que levou, nesse ano, algumas empresas farmacêuticas a cortar o fornecimento de medicamentos, a crédito, aos hospitais públicos.

Entre 2011 e 2015, os anteriores Governos executaram um programa de regularização de dívidas, o qual permitiu ao SNS saldar pagamentos em atraso num montante superior a € 2,4 mil milhões, fazendo a dívida total do SNS descer para cerca de 1,4 mil milhões de euros, em Dezembro de 2015.

Sucedeu que, desde que o atual Governo iniciou funções, a dívida total do SNS voltou a registar uma acentuada tendência de agravamento, tendo a mesma, inclusivamente, subido para 2,2 mil milhões de euros, em fevereiro de 2018, um aumento de 54% relativamente ao último ano de governação social-democrata.

Neste contexto, o Governo criou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2018, de 15 de março, uma *Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde*, a qual incumbiu de:

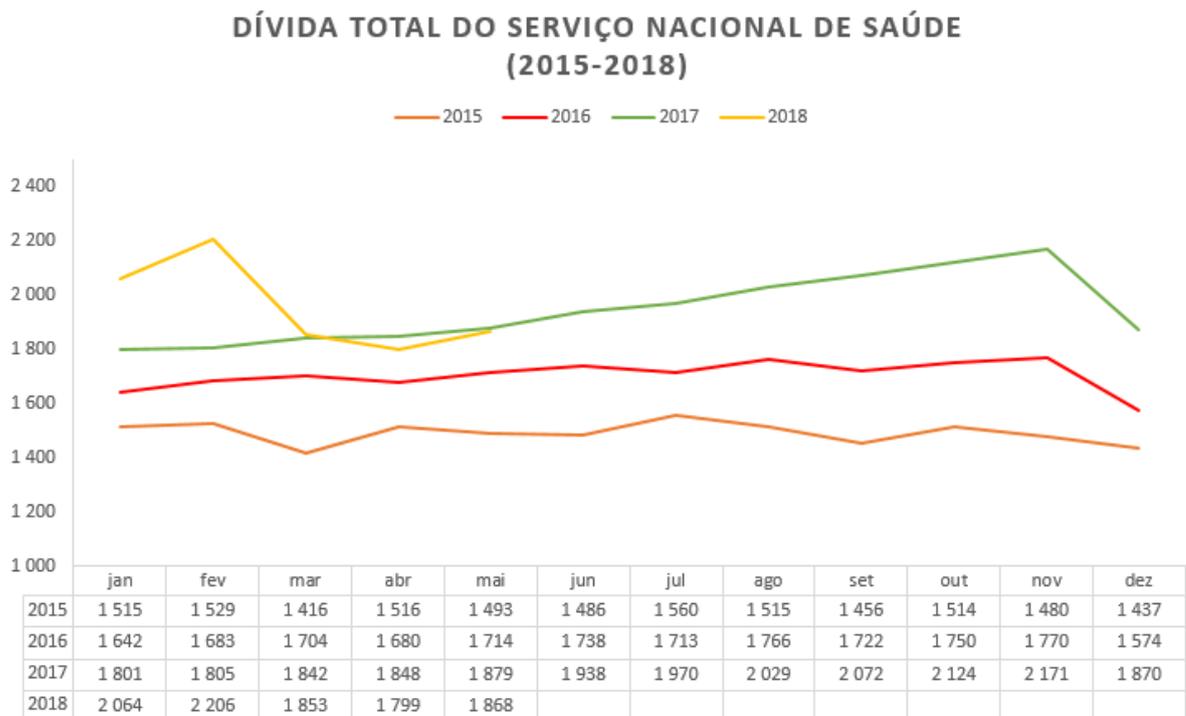
- a) Acompanhar o desempenho financeiro das entidades integradas no programa orçamental da saúde, tendo em vista a avaliação de desequilíbrios orçamentais, promovendo medidas que favoreçam o equilíbrio e a sustentabilidade, incluindo medidas que contribuam para a redução dos prazos de pagamento a fornecedores do setor da saúde, em cumprimento da Diretiva 2011/7/UE;
- b) Acompanhar e apoiar na preparação dos orçamentos das entidades do SNS e do Ministério da Saúde;
- c) Avaliar propostas e apoiar as iniciativas estruturais que contribuam para a sustentabilidade do SNS;
- d) Analisar e acompanhar, mensalmente, o impacto decorrente de medidas de reforço de capital, visando diminuir o stock da dívida;
- e) Promover estudos sobre opções estratégicas de médio prazo no SNS, em articulação com as diversas entidades do Ministério das Finanças, do Ministério da Saúde, bem como da Academia nas áreas do financiamento, do investimento, da gestão global dos recursos e dos modelos de organização, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do SNS no médio e no longo prazos.

Assim, passados quatro meses desde a criação da referida Estrutura de Missão, importa conhecer os resultados da sua ação, designadamente as recomendações que porventura tenha feito ao Governo e as medidas que tenha proposto, em ordem ao favorecimento do equilíbrio e da sustentabilidade do SNS e, bem assim, à redução dos prazos de pagamento a fornecedores do setor da saúde.

A pertinência de ouvir a referida estrutura é tanto mais imperiosa quanto é certo que, apesar de o atual Governo ter injetado, desde o início deste ano, pagamentos extraordinários para redução da dívida do SNS, no valor de, até agora, € 900 milhões, a dívida do sistema público de saúde continuar num nível bastante elevado – € 1.867 milhares, em Maio de 2018 – mais de € 400 milhões acima do verificado no final de 2015.

Aliás, se compararmos o montante total da dívida no último mês de Maio com o mês homólogo de 2017, verificamos mesmo que a redução da dívida foi, no último ano, de, apenas, € 12 milhões de euros (de € 1879 milhares, em Maio de 2017, para € 1867 milhares, em Maio de 2018).

O Gráfico *infra* evidencia o sucessivo agravamento da Dívida Total do SNS nos últimos três anos:



Fonte: Portal do SNS, 4.7.2018

O mesmo se passa, aliás, com os pagamentos em atraso dos hospitais EPE, os quais, de acordo com a informação da Direção-Geral do Orçamento, passaram de € 451 milhões, em dezembro de 2015, para € 705 milhões, em maio de 2018, um aumento de 56% nos últimos dois anos e meio.

Igualmente, se compararmos esses pagamentos em atraso com o mês homólogo de 2017, verificamos que a diminuição do seu montante foi de, apenas, 34 milhões de euros, já que, em maio de 2017, os mesmos se situavam nos € 739 milhões.

Finalmente, cumpre assinalar que, só entre abril e maio de 2018, o montante dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE aumentou € 50 milhões, de € 655 milhões para os já referidos € 705 milhões, um aumento de 7,6% em apenas um mês.

Significa o que se acaba de referir que, não só nos últimos três anos a dívida do SNS e dos hospitais EPE registou um aumento significativo, como o plano governamental de redução dessa dívida está a ter resultados decepcionantes, além de não ter alcançado uma inversão da tendência de crescimento da dívida do sistema público de saúde.

A este respeito bem referiu, recentemente, o Prof. Pedro Pita Barros:

- *“Se a simples injeção de capital nos hospitais EPE para pagar dívidas resolvesse o problema, então as tendências não deveriam ser crescentes, mas decrescentes, após esses momentos de entrada de fundos. O que não sucede”;*
- *“...não são perceptíveis quais os instrumentos disponíveis para atuação por parte [da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde], sendo que a importância que terá será a importância que lhe for dada pelos dois ministérios, da saúde e das finanças, quanto a opiniões ou recomendações que faça. O principal aspecto a seguir nesta estrutura de missão, no que diz respeito às dívidas dos hospitais, é perceber se entendem o problema como sendo uma questão de gestão (evitar o aparecimento da dívida em primeiro lugar) ou como uma questão orçamental (os hospitais não cumprirem o orçamento atribuído)”;*
- *“...sendo o problema das dívidas dos hospitais um problema sobretudo de gestão e de condições para que essa gestão seja feita de forma adequada, será de acompanhar o que a nova estrutura de missão diz e as consequências que os dois ministérios daí retiram”.*

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer que a Comissão de Saúde delibere ouvir a *Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde*, a fim de obter esclarecimentos sobre o desenvolvimento da atividade da referida



entidade e as medidas que tenha já proposto, com vista ao favorecimento do equilíbrio e da sustentabilidade do SNS.

Palácio de S. Bento, 5 de julho de 2018

Os Deputados,

*Adão Silva*

*Ricardo Baptista Leite*

*Luís Vales*